

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.319 - PI (2020/0072506-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**RECORRENTE** : L DA S S (PRESO)  
**ADVOGADOS** : CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA MEDEIROS JUNIOR -  
PI010490  
OSVALDO NETO DE SAM ETTIENE MARTINS DOS  
GUIMARÃES - PI018633  
MATHEUS JOSÉ DE NEGREIROS RIBEIRO - PI018322  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de L. DA S. S. no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Consta dos autos que o paciente foi preso por supostamente ter cometido o crime previsto no art. 213, *caput*, do Código Penal, na modalidade tentada (tentativa de estupro de vulnerável).

Inconformada, a defesa impetrou *writ*, com pedido liminar, na Corte estadual, alegando a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar.

O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 91/94).

Na presente impetração, a defesa reafirma as alegações originárias, pleiteando a revogação da constrição provisória.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO  
CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE  
ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.*

*1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.*

[...]

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

*2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)*

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o *habeas corpus***.

Observo que o processo foi erroneamente classificado na petição inicial como recurso ordinário, quando, na verdade, trata-se de *habeas corpus*. Assim, proceda-se à correção da classificação do presente feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator